



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

RONIVALDO PRATES DOS SANTOS

PRODUTO EDUCACIONAL

Vídeo-curta:

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO

https://youtu.be/8qBhRZH3N_k

**VITÓRIA
2025**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Santos, Ronivaldo Prates dos, 1974-
S237p Políticas públicas educacionais no ensino médio / Ronivaldo
Prates dos Santos. - 2025.
 18 f. : il.

Orientadora: Rosemeire dos Santos Brito.

Produto Técnico-Tecnológico (Desenvolvimento de Material
didático e instrucional) (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. educação. 2. políticas. 3. ensino médio. I. Brito, Rosemeire
dos Santos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Educação. III. Título.

CDU: 37

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Autoria: Ronivaldo Prates dos Santos e Dr^a Rosemeire dos Santos Brito.

Nível de Ensino a que se destina o produto: Educação Básica.

Área de conhecimento: Educação.

Público-alvo: Professores da Educação Básica, Estudantes e Comunidade Escolar.

Categoria desse produto: Desenvolvimento de Material Didático ou Instrucional.

Finalidade: Promover o pensamento crítico dos estudantes na análise de políticas públicas educacionais, incentivando-os para a participação autônoma e efetivo protagonismo na implementação de leis que visam garantir seus direitos.

Organização do Produto: O produto foi organizado na forma de um vídeo-curta, também explicado em quatro capítulos com vista a discorrer sobre conceitos teóricos e apresentar dados sobre o objeto investigado.

Registro de propriedade intelectual: Ficha Catalográfica emitida pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Divulgação: Digital e/ou impressa.

URL: Página do PPGPE: www.educacao.ufes.br

Processo de validação: Validado na banca de defesa da dissertação.

Processo de aplicação: Aplicado no Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) e no grupo de pesquisa no qual estão vinculados os autores do produto educacional.

Impacto: Alto. O produto potencializa a reflexão crítica sobre a importância das políticas públicas educacionais e seus impactos na vida dos sujeitos que compõem diretamente a comunidade escolar, possibilitando-os a entender seus papéis sociais no campo de luta que gira em torno da garantia de direitos à uma educação pública de qualidade.

Inovação: Alto teor inovativo. Este produto utiliza uma linguagem imagética e narrativa que busca abordar de forma clara, dinâmica e atrativa, sobre a importância das políticas públicas educacionais de modo geral e no ensino médio.

Origem do produto: Dissertação intitulada "O Novo Ensino Médio e a Educação em Tempo Integral: uma análise crítica dos reflexos na permanência estudantil".

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	8
3. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO	10
4. ROTEIRO ESTRUTURAL	12

1. INTRODUÇÃO:

O produto educacional apresentado resultou da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (CE-UFES), através da identificação da necessidade de ampliar meios que fomentem nos estudantes de ensino médio e comunidade escolar, o interesse, conhecimento básico e reflexão sobre a importância das políticas públicas educacionais nas suas vidas. Permitindo-lhes que através de uma visão crítica tomem ciência dos direitos educacionais legalmente constituídos, mas às vezes não garantidos na prática, bem como, consciência de sua força de mobilização social em prol da garantia desses direitos quando negados.

A pesquisa da qual decorre este produto trouxe a compreensão sobre a forma aligeirada e pouco dialogada com que o novo ensino médio foi instituído; como está estruturado nos documentos normativos e como isso reverbera no cotidiano escolar. A análise dos interesses implícitos e explícitos que orientaram sua implementação; as disputas políticas e ideológicas estabelecidas em torno da temática e principalmente os movimentos sociais e acadêmicos que se contrapuseram a essa reforma, nos motivaram a empreender meios que contribuíssem ainda mais no entendimento da importância das políticas públicas educacionais.

Políticas públicas (educacionais) entre outras definições, significam um conjunto de leis, programas, metas e estratégias idealizadas, planejadas e implementadas como ações do Estado – tanto na esfera federal, quanto na estadual e/ou municipal. São elas que orientam, regulam e buscam melhorar o sistema educacional. Mas dada a maneira como são pensadas, elaboradas, interpretadas e efetivas podem vir a ser um risco à garantia de direitos a uma educação gratuita e de qualidade, quando deveria sempre ser a expressão da vontade do coletivo pautada em princípios democráticos e justos. Sendo assim, o conhecimento através da educação é uma ferramenta valorosa de luta.

A ampla abrangência das políticas públicas educacionais perpassa todas as etapas da educação básica até o ensino superior, trazendo implícito no mote de suas

dimensões, críticas a efetivação de direitos educacionais essenciais, como o acesso e permanência à educação, qualidade do ensino, equidade, inclusão e até mesmo a gestão e financiamento da educação pública.

Contribuir para o entendimento da relevância das políticas públicas educacionais é um dever que transcende os muros das escolas, dado o caráter emancipatório desse ato, impactando profundamente o tecido social e econômico de um país. Desse modo, implementar meios acessíveis que possibilitem aos estudantes e a comunidade escolar em geral ampliar seus conhecimentos sobre políticas públicas educacionais, refletindo individual e coletivamente sobre o tema abordado neste produto se faz imperativo. A ciência de toda essa importância resultou na criação de um vídeo-curta, com o objetivo de contribuir juntos a outras ações e iniciativas que despertam interesses dos estudantes e ampliam seus conhecimentos sobre políticas públicas educacionais.

2. JUSTIFICATIVA:

Consideramos a educação um dos mecanismos mais eficazes para ascensão social e também econômica. E as políticas públicas dão materialidade aos nobres objetivos que a constituem. Por isso, num campo divergente de interesses, que circunda esse direito constitucional é preciso empreender lutas em várias frentes - pela redução das desigualdades, garantindo a oferta de oportunidades iguais de aprendizado, principalmente aos indivíduos de origens menos privilegiadas; por uma formação para a cidadania, uma vez que a escola é um espaço primordial para a socialização e o aprendizado dos valores democráticos; pela promoção da saúde e bem-estar, com maior acesso a informações sobre prevenção de doenças e o desenvolvimento de hábitos saudáveis; pelo crescimento cultural e social, através da convivência e respeito a diferentes manifestações culturais, promovendo assim, o diálogo, a tolerância e a coesão social.

O desenvolvimento do pensamento crítico e conhecimento sobre políticas públicas educacionais permitem que os indivíduos desenvolvam suas capacidades e aspirem por melhores posições no mercado de trabalho. Dessa forma impulsionam o crescimento econômico do país, contribuindo para uma economia mais dinâmica e competitiva em um mundo globalizado.

Políticas públicas educacionais que fomentam o julgamento reflexivo, o respeito à diversidade, a ética e a participação social, desenvolvem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, aptos a intervir positivamente na vida pública, a lutar pelos seus direitos e cobrar dos governantes a garantia e efetivação dos mesmos.

A eficácia das políticas públicas depende de um planejamento contínuo, que transcendam os ciclos políticos partidários, e de um amplo pacto social que priorize a educação como um valor nacional incontestável, para uma sociedade que almeja ser justa, democrática e inclusiva. Desse modo, se justifica a contribuição desse produto levando esse tema aos estudantes e comunidade escolar em geral. Apesar de ser um tema que frequentemente parece distante do interesse discente, ele está profundamente permeado nos cotidianos escolares, interferindo diretamente nos

projetos de vida dos estudantes e na efetividade da garantia dos direitos educacionais constituídos nas leis, programas e ações advindas dos governos das diferentes esferas que compõem a sociedade brasileira.

3. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

A construção do produto educacional apresentado envolveu uma metodologia técnica e estruturada, integrada desde a elaboração do roteiro até a produção final do vídeo animado, utilizando o aplicativo Powtoon.

Inicialmente, o roteiro foi desenvolvido de forma detalhada e segmentada, com duração prevista de 18 a 20 minutos, contemplando os principais aspectos das Políticas Públicas Educacionais no Ensino Médio. Posteriormente se fez necessário condensá-lo num tempo menor, sem, contudo, perder a essência informativa do conhecimento pretendido.

Foi priorizado o uso de recursos de informática gratuito e disponíveis, dada a intenção de não apresentar um produto acabado, mas versátil nas múltiplas possibilidades de uso em prol da aprendizagem sobre o assunto. Como exemplo, pode ser usado como introdução ou fechamento do assunto em uma aula dialogada, assim também como modelo de ideia a partir do qual os estudantes construam seus próprios vídeos-curta e desse modo são motivados ao aprofundamento de uma temática tão relevante.

O roteiro traz uma narrativa sequencial que serve para guiar todo o processo audiovisual, contendo elementos como introdução, conceituação, evolução histórica, desafios contemporâneos e perspectivas futuras, fundamentada em dados oficiais e análises qualitativas, resultantes da leitura e do estudo de pesquisas acadêmicas que referendaram a construção teórica do produto devidamente expressa ao final desse texto.

A narrativa foi planejada para ser complementada por imagens animadas que ilustram e reforçam o conteúdo, como gráficos, infográficos, personagens, mapas e cenas contextualizadas, para garantir a clareza e o engajamento pedagógico.

Para a produção do vídeo, foi aplicada a plataforma Powtoon, uma ferramenta de criação de vídeos animados e apresentações digitais que alia simplicidade de uso a um arsenal robusto de funcionalidades técnicas avançadas.

O Powtoon opera em ambiente online baseado em tecnologia híbrida que combina inteligência artificial (IA) com controle manual, o que permite acelerar o processo criativo sem perder a flexibilidade da personalização. Entre suas principais funcionalidades técnicas, destacam-se:

- Interface intuitiva de arrastar e soltar (drag-and-drop), permitindo a montagem ágil de cenas utilizando bibliotecas extensas de personagens animados, cenários, formas, textos e elementos gráficos personalizados;
- Recursos avançados de animação, com possibilidade de controle fino sobre poses, expressões, transições e camadas visuais (z-index), o que viabiliza composições visuais sofisticadas mesmo sem conhecimento prévio em design;
- Avatares com sincronização labial realista para vídeos educacionais e institucionais, ampliando o impacto comunicativo;
- Suporte a legendas automáticas e traduções multilíngues geradas, expandindo o alcance dos conteúdos audiovisuais;
- Exportação em alta definição (HD e Full HD) e compatibilidade com múltiplas plataformas para divulgação ampla.

O uso do Powtoon neste projeto permitiu transformar o roteiro denso e técnico sobre políticas públicas em uma animação envolvente, acessível e visualmente atraente, facilitando o aprendizado e a assimilação de temas complexos por diferentes públicos. A combinação da narrativa planejada com as capacidades técnicas do Powtoon potencializa o impacto comunicacional do produto, conferindo rigor científico e apelo visual ao material educacional.

Assim, a construção deste produto educacional evidencia a integração entre planejamento didático rigoroso, uso estratégico de recursos digitais avançados e adequação metodológica ao público-alvo, exemplificando uma prática contemporânea eficaz na produção de conteúdos educacionais multimídia.

4. ROTEIRO ESTRUTURAL E EMBASAMENTO TEÓRICO

Políticas Públicas Educacionais no Ensino Médio

1. Introdução:

Narração 1:

- Olá, vamos refletir um pouco sobre Políticas Públicas Educacionais no Ensino Médio.
- A educação é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento de qualquer sociedade.
- Mas como garantir que todas as pessoas tenham acesso a um ensino de qualidade?
- A resposta está nas políticas públicas educacionais – ações planejadas pelos governos para melhorar a educação.
- Neste vídeo, vamos explorar o que são essas políticas, como elas funcionam, sua evolução no Brasil e os desafios atuais, com foco no ensino médio.
- Prepare-se para uma jornada pela história e pelo futuro da educação brasileira!"

2. O Que São Políticas Públicas?

Narração 2:

- Você sabe o que são políticas públicas?
- "Políticas públicas são respostas do Estado a problemas sociais".
- Nem sempre essas respostas são eficazes e eficientes. Por isso, é importante entender desse assunto para garantia dos seus direitos e dos seus semelhantes.

- As políticas públicas passam por etapas bem definidas:

- primeiro, identifica-se um desafio (como a evasão escolar);
- depois, formulam-se soluções (leis, programas);
- em seguida, implementam-se as ações;
- e, por fim, avalia-se se deram certo.

- Na educação, isso pode significar desde a construção de escolas até a formação de professores.

- Ou seja, vários programas de governos são criados visando atender problemas ou necessidades sociais e educativas.

- Para melhor entender, podemos citar alguns exemplos rápidos como:

- Merenda escolar (PNAE).
- Financiamento (Fundeb).
- Reformas curriculares (BNCC).

3. A Importância das Políticas Educacionais

Narração 3:

- Investir em políticas públicas educacionais significa reduzir desigualdades, melhorar empregabilidade e fortalecer a democracia.

- No ensino médio, isso é ainda mais crucial, pois é a última etapa da educação básica que prepara os jovens para ao mercado de trabalho, para o ensino superior e para a vida adulta em geral.

- Quando essas políticas falham, aumentam a evasão escolar e as disparidades regionais.

- Segundo o IBGE, em 2022, cerca de 450 mil jovens abandonaram o ensino médio no Brasil. Isso representa 5,7% das 7.866.695 matrículas no ensino médio naquele ano. A taxa de abandono tem aumentado desde 2021, revertendo uma tendência de queda observada entre 2014 e 2020.
 - Estados com maiores investimentos em educação têm melhores índices de desenvolvimento humano (IDH)."
- O Índice de Desenvolvimento Humano combina três elementos fundamentais que influenciam a qualidade de vida dos cidadãos:
- ✓ renda,
 - ✓ acesso à educação
 - ✓ e saúde de qualidade.
- A pontuação do IDH varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor é a condição de vida nessa região.
- Veja os estados com os melhores índices de desenvolvimento humano do Brasil (IDH).
- 1. Distrito Federal:** 0.814
 - 2. São Paulo:** 0.806
 - 3. Santa Catarina:** 0.792
 - 4. Minas Gerais:** 0.774
 - 5. Rio Grande do Sul:** 0.771
 - 6. Espírito Santo:** 0.771
 - 7. Paraná:** 0.769
 - 8. Rio de Janeiro:** 0.762
 - 9. Mato Grosso do Sul:** 0.742
 - 10. Goiás:** 0.737
- Então qual é o impacto do IDH nas políticas públicas?

- Entender o IDH e analisar seu impacto pode auxiliar governantes e formuladores de políticas públicas a direcionar esforços e recursos de maneira mais eficaz.
- Por exemplo, áreas com IDH mais baixo podem receber mais investimentos em educação e saúde, promovendo assim uma melhoria na qualidade de vida da população local.
- Agora que entendemos um pouco sobre a importância das políticas públicas, que sabermos como elas evoluíram no tempo. Vamos lá!

4. Breve Linha do Tempo: a evolução das políticas para o ensino médio

Narração 4:

- Vamos ver como surgiram as políticas públicas educacionais e da educação pública?
- Por volta do século XIX tivemos as primeiras iniciativas de educação pública (exemplo: Reformas na Europa).
- Já no Brasil, a criação de leis e órgãos governamentais foram importantes nesse processo:
 - Constituição de 1824 → Ensino como dever do Estado.
 - Era Vargas (1930–1945) → Criação do MEC.
 - Décadas de 1970-1980: O Ensino Profissionalizante
 - Lei 5.692/71: Ensino médio com caráter profissionalizante obrigatório, cujas críticas se deram sobre a falta de infraestrutura e despreparo das escolas.
 - LDB (1961 e 1996) → Estruturação do sistema educacional.
 - Lei 9.394/96 (LDB): Ensino médio como etapa final da educação básica, com maior autonomia para os estados, que trouxe fim a obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante.
 - Constituição de 1988 → Educação como direito social (Art. 205).
 - Ano 2017: A Reforma do Ensino Médio

- Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio):
 - Itinerários formativos (aprofundamento em áreas de interesse).
 - Ampliação da carga horária.
 - Críticas: Falta de estrutura e desigualdades na implementação.
- Ano 2020: Desafios Pós-Pandemia
 - Atrasos na implementação do Novo Ensino Médio.
 - Evasão escolar agravada pela Covid-19.

5. Desafios Atuais

Narração 5:

- Infelizmente, apesar dos avanços nas políticas públicas educacionais, muitos desafios ainda persistem:

- ✓ **Falta de recursos:** Muitas escolas não têm laboratórios, internet ou professores capacitados.
- ✓ **Desigualdades regionais:** Enquanto algumas regiões avançam, outras ficam para trás.
- ✓ **Evasão escolar:** Jovens abandonam os estudos por necessidade de trabalhar ou desinteresse.
- ✓ **Mudanças insatisfatórias:** Reformas como o Novo Ensino Médio enfrentam críticas e dificuldades de implementação."

6. O Futuro das Políticas Educacionais

Narração 6:

- Para melhorar não só o ensino médio, mas a educação pública em geral, é preciso implementar mais políticas públicas educacionais que garantam:

- **Mais investimento** em infraestrutura e formação docente.
 - **Participação social** (estudantes, professores e comunidades no debate).
 - **Avaliação constante** das políticas para ajustar rumos.
- A educação é um direito de todos, e só com políticas públicas eficientes conseguiremos um ensino médio que prepare os jovens para os desafios do futuro.

7. Conclusão e Chamada para Ação

Narração 7:

- Bem chegamos ao final do vídeo! Esperamos que tenha compreendido um pouco mais sobre quão importantes são as políticas públicas educacionais e que lutar por elas é um dever de todo cidadão.
- Políticas públicas educacionais não são apenas leis e projetos – elas definem o futuro de milhões de jovens.
- Você pode fazer parte dessa mudança!
- Acompanhe as discussões no seu município, participe de conselhos escolares e cobre dos governantes mais investimentos em educação.
- Juntos, podemos construir um ensino médio mais justo e eficiente para todos!"

CRÉDITOS:

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo.

Roteirista: Ronivaldo Prates do Santos.

Orientação: Dr^a Rosemeire dos Santos Brito.

COLABORADORES:

Locução: Theodoro José Tiago (Bidu).

Apoio de Mídia: Tatiana das Mercês Januário e Rayvo Viana do Nascimento.

Edição do Vídeo: Rayvo Viana do Nascimento.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: julh. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituciao.htm. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Plano Nacional de Educação - PNE.** Disponível em: Painel de Monitoramento do PNE — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep Acesso em: agost. 2025.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; FÁVERO, Osmar (Org.). **Políticas públicas educacionais: diferentes olhares sobre a realidade brasileira.** Curitiba: CRV, 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal.** São Paulo: Xamã, 2007.

SANTOS, Geovana Ferreira; ALVES, Maria Leila; DALBEN, Adilson (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: desafios contemporâneos.** Brasília, DF: Liber Livro, 2013. v. 1.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: Vista do SAVIANI, Dermeval. Política e educação no brasil - o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo, Cortez, 1987, 158p. Acesso em: jul. 2025.

SOUZA, Donaldo Bello de; FÁVERO, Osmar (Org.). **Políticas públicas e educação: regulação e qualidade.** Rio de Janeiro: Dialogarts, 2016.